

Uma história de intenções não cumpridas

WASHINGTON

— A história das relações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) é mais conhecida por seus conflitos. O governo Juscelino Kubitschek fez o primeiro acordo com a organização e foi também o primeiro a romper com ela. A partir daí, o Brasil firmou um total de uma dúzia de arranjos com o Fundo, 11 dos quais do tipo stand by, a modalidade mais comum de empréstimos da instituição.

Nove foram firmados pelo regime militar e consistiram, em sua maioria, em empréstimos para ajuste de balanço de pagamento envolvendo pequenas porcentagens da cota brasileira na organização. Os governos militares mantiveram acordos formais com o FMI praticamente sem interrupção de janeiro de 1965 até as vésperas do primeiro

O valor dos acordos

Total de cada acordo entre o Brasil e o FMI e o desembolso efetivo, em milhões de DES (1)

Período	Tipo	Total	Desembolso
Ago 1988 - fev 1990	ST (2)	1.098,8	365,3
Mar 1983 - fev 1986	EFF(3)	4.239,4	2.743,1
Mar 1972 - mar 1973	ST	50,0	50,0
Fev 1971 - fev 1972	ST	50,0	50,0
Fev 1970 - fev 1971	ST	50,0	50,0
Abr 1969 - fev 1970	ST	50,0	50,0
Abr 1968 - abr 1969	ST	87,5	75,0
Fev 1967 - fev 1968	ST	30,0	30,0
Fev 1966 - jan 1967	ST	125,0	125,0
Jan 1965 - jan 1966	ST	125,0	75,0
Mai 1961 - mai 1962	ST	160,0	60,0
Jul 1958 - jun 1959	ST	37,5	37,5

(1) DES — Direitos Especiais de Saque são a moeda do FMI. Seu valor é calculado diariamente com base nas cotações de cinco moedas fortes (dólar, lene, marco, franco e libra). Cotação em 5/07/1991: DES 1 igual a US\$ 1,30652

(2) Stand by — é o acordo mais comum entre o FMI e os países membros. Tem geralmente a duração de um ano. Pelas regras atuais o país pode sacar de 90% a 110% de sua quota. A quota reflete a importância relativa da economia do país em relação ao PIB mundial. A quota brasileira é, no momento, de 1.461,3 milhões de DES.

(3) EFF ou Extended Fund Facility — é o acordo ampliado, negociado por até três anos.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

choque do petróleo, em março de 1973. Sete deles foram negociados pelo ex-zezar da economia brasileira, Antonio Delfim Netto.

Em agosto do ano passado, o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, aceitou em princípio os termos de um acordo feito com a primeira equipe econômica do governo Collor. Mas o arranjo desmoronou um mês depois, quando os

ministros das Finanças do chamado Grupo dos Sete, que controla o FMI, condicionaram publicamente a aprovação do programa à negociação de um acordo sobre juros atrasados da dívida externa com os bancos credores internacionais.

O governo Sarney fez o último acordo entre o Brasil e o FMI. O empréstimo de 1,090 bilhão de Direitos Especiais de Saques (DES), a "moeda" do Fundo, deveria ter marcado

o início da normalização das relações entre o País e a comunidade financeira internacional, depois da primeira moratória da dívida externa, em 1987.

Como ocorrera com o acordo de 1983, o governo comprometeu-se com metas que não tinha condições de cumprir. O arranjo durou pouco mais de seis meses e foi suspenso depois de apenas dois desembolsos.